



A TRANSFERÊNCIA DE DÍVIDAS PRIVADAS TÓXICAS DE 28 GRANDES BANCOS "SISTÊMICOS" AOS ESTADOS DURANTE A ÚLTIMA CRISE FINANCEIRA, EXPLICA AS POLÍTICAS DE AUSTRIDADE NA EUROPA.

Franceses, europeias ou americanas, todas as autoridades bancárias são formais: se o mundo conhecer uma nova crise financeira comparável à de 2007, nem os Estados, nem os contribuintes pagarão as consequências. Dá para acreditar? A resposta de François Morin é categórica: não. Em *Hydre Mondiale*, publicado em maio, no qual ele faz "falar" dados inéditos. Este professor emérito de Ciências Econômicas da Universidade de Toulouse mostra como 28 bancos de dimensões mundiais constituem um oligopólio que é tudo menos do interesse público.

Para colocar os cidadãos a salvo de desastres financeiros futuros, o autor considera que é necessário terminar com estes bancos, que ele compara com uma hidra, e repatriar o dinheiro para o espaço público.

O processo é perfeitamente claro. Após a liberalização da esfera financeira realizada nos anos 70 (taxas de câmbio e de juros cujos preços são fixados pelo mercado e não mais pelos Estados e a liberalização dos movimentos de capitais), os mercados monetários e financeiros tornaram-se globais em meados dos anos 90. Os maiores bancos tiveram que adaptar, obrigatoriamente, seu tamanho a este novo espaço de trocas, através de fusões e reestruturações. As condições para o surgimento de um oligopólio em escala global estavam reunidas. Eles irão rapidamente coordenar-se em nível internacional e seu tamanho se tornará gigantesco: o total dos 28 bancos do oligopólio (50.341 bilhões de dólares) era superior, em 2012, à dívida pública global (48.957 bilhões de dólares)! Desde 2012 foi descoberto que esses grandes bancos entenderam-se de forma fraudulenta entre eles desde meados de 2000. A partir desse momento, este oligopólio transformou-se em uma hidra devastadora para a economia mundial.

Esses 28 bancos foram declarados, com razão, "sistêmicos" pelo G20 realizado em Cannes em 2011. A análise das causas da crise financeira de 2007-2008 não deixaram nenhuma dúvida sobre a responsabilidade desses bancos no desencadeamento da crise financeira. Na origem estão os produtos derivados difundidos nesta época e que ainda continuam a serem difundidos em todo o mundo. Lembremos que estes derivados são produtos de seguros, alguns dos quais altamente especulativos. Seu desencadeamento pode mostrar-se catastrófico em uma crise. No entanto, apenas 14 bancos sistêmicos

fabricam estes produtos cujo valor (o montante dos valores segurados) atingiu 710.000 bilhões de dólares, ou seja, pouco mais de 10 vezes o PIB mundial!

Várias análises demonstraram que esses bancos detêm posições dominantes em vários grandes mercados (câmbio, obrigações e produtos derivados). O que é característico de um oligopólio. Mas, desde 2012, as autoridades judiciárias dos Estados Unidos, britânicas e a Comissão Europeia têm multiplicado as investigações e as multas, que demonstram que vários desses bancos - especialmente onze deles (Bank of America, BNP Paribas, Barclays, Citigroup, Credit Suisse, Deutsche Bank, Goldman Sachs, HSBC, JP Morgan Chase, Royal Bank of Scotland, UBS) - organizaram de forma sistemática "acordos de formação de quadrilha". Assim, multas de bilhões de dólares já foram pagas devido à manipulação do mercado de câmbio ou do Libor [taxa de juros interbancária de referência estabelecida em Londres].

Há obviamente muitas bolhas financeiras que podem estourar a qualquer momento. A bolha "ações" só pode ser explicada pelas enormes injeções de liquidez por parte dos bancos centrais. Mas, acima de tudo, há a bolha da dívida pública que atingiu todos os grandes países. As dívidas privadas tóxicas do oligopólio foram maciçamente transferidas para os Estados no momento da última crise financeira. Este superendividamento público, vinculado exclusivamente à crise e à esses bancos, explica - na negação mais completa das causas da crise - as políticas de rigor e austeridade realizadas em todos os lugares. Este superendividamento é, também, a principal ameaça, como pode ser visto na Grécia. Vejamos mais de perto. O *shadow banking*, isto é, o sistema financeiro não regulamentado, não pára de crescer, em particular através do oligopólio bancário para escapar das regulamentações prudenciais e, principalmente, para suas atividades de derivativos. Quanto ao fortalecimento dos capitais próprios dos maiores bancos, ele era ridiculamente baixo. Enfim, não há nenhuma legislação em vigor que faça uma verdadeira separação "patrimonial" das atividades bancárias. Em suma, o lobby bancário, muito organizado internacionalmente, tem sido eficaz e o oligopólio pode continuar na mesma lógica financeira deletéria que eram suas desde antes da crise.

Desde os anos 70 os Estados perderam toda soberania monetária. E eles próprios são os responsáveis. A moeda agora é criada pelos bancos, em um montante de cerca de 90% e pelos bancos centrais (independentes dos Estados) para os restantes 10%. Além disso, a gestão desta moeda através de seus dois preços fundamentais (taxas de câmbio e taxas de juros) é inteiramente feita pelo oligopólio, o que permite manipulá-las. Assim, eles tem nas mãos as condições monetárias de financiamento dos investimentos, mas, em

especial, do financiamento dos déficits públicos. Os Estados não são apenas disciplinados pelos mercados, mas, acima de todo, reféns da hidra mundial.

Este relatório é devastador, porque as nossas democracias se esvaziam progressivamente de conteúdo devido à redução (ou ausência) de margem de manobra que se tornaram patente para a ação pública. Além disso, o oligopólio bancário deseja instrumentalizar os poderes dos Estados, com o objetivo de influenciarem os eventuais regulamentos financeiros ou para poderem limitar o peso das multas que ele recebe quando é pego em flagrante delito, evitando, sobretudo, os processos públicos.

Não deve ser pedir a bancos privados para gerir um interesse geral! Bancos priorizam os lucros, que podem obter através de suas atividades financeiras particulares ou suas atividades especulativas. Eles olham para Estados como qualquer outro ator econômico emissor de dívida. É necessário pesar os riscos e rentabilidade de um investimento financeiro. O Estado é visto, antes de tudo, como um ativo financeiro como qualquer outro, onde compram ou vendem, com o qual também é permitido especular.

A resposta é clara. Nosso Héracles de amanhã será um ator coletivo, que só poderá ser uma comunidade internacional, com legitimidade democrática incontestável, livre de seus dogmas neoliberais e suficientemente consciente de seus interesses de longo prazo para organizar o financiamento da atividade econômica global. Em outras palavras, um ser ainda imaginário! Um primeiro passo poderia, contudo, poderia ser dado se um novo Bretton Woods fosse convocado para criar à nível internacional uma moeda comum, e não só única, no contexto de soberanias monetárias nacionais restauradas.

Sim! Mas, primeiro, o desafio da inteligência dos cidadãos do nosso planeta. As redes sociais podem ser instrumentos formidáveis para criar esta inteligência política, a qual é extremamente necessária hoje.

Isto está à nossa frente. Todas as condições estão reunidas para que um novo terremoto financeiro ocorra, em um momento em que os Estados estão exauridos. Ela (a próxima crise) será mais grave do que a última. Ninguém poderá desejar, porque seus efeitos econômicos e financeiros serão desastrosos e, principalmente, devido as consequências políticas e sociais que poderão ser dramáticas. Vemos isso na Grécia. O tempo da urgência democrática e da lucidez política torna-se imperativo!

Quando um oligopólio superpoderoso administra o dinheiro como um bem privado, não podemos nos surpreender com as lógicas financeiras que daí resultam. Os bancos perseguem metas de lucro, sendo que a maioria deles gostaria de "fazer acertos". Desta forma, a hidra bancária, que nasceu há cerca de dez anos, agora domina todo o planeta. O confronto de poderes aparece como inevitável entre bancos superpoderosos e poderes

políticos enfraquecidos. Um resultado positivo desta luta - a priori desigual - só poderá ocorrer se houverem mobilizações de cidadãos plenamente conscientes da proporção do que está em jogo.

Recolhido por Vittorio De Filippis

Link para a matéria: http://www.liberation.fr/futurs/2015/07/22/francois-morin-l-oligopole-bancaire-s-est-transforme-en-hydre-devastatrice-pour-l-economie-mondiale_1352085



Le transfert des dettes privées toxiques des 28 très grandes banques «systémiques» vers les Etats, lors de la dernière crise financière, explique les politiques de rigueur menées en Europe.

Françaises, européennes ou américaines, toutes les autorités bancaires sont formelles : si le monde devait connaître une nouvelle crise financière comparable à celle de 2007, ni les Etats ni les contribuables n'en paieront les conséquences. Peut-on le croire ?

La réponse de François Morin est catégorique : c'est non. Dans l'Hydre mondiale, paru en mai, et dans lequel il fait parler des données chiffrées inédites, ce professeur émérite de sciences économiques à l'université de Toulouse montre comment 28 banques de taille mondiale constituent un oligopole qui est tout sauf d'intérêt public.

Pour mettre les citoyens à l'abri de désastres financiers à venir, l'auteur estime qu'il faut abattre ces banques qu'il compare à une hydre et rapatrier la monnaie dans le giron du public.

Le processus est parfaitement clair. Après la libéralisation de la sphère financière amorcée dans les années 70 (taux de change et d'intérêt dont les prix sont fixés par le marché et non plus par les Etats, et libéralisation des mouvements de capitaux), les marchés monétaires et financiers deviennent globaux vers le milieu des années 90. Les plus grandes banques ont dû alors adapter impérativement leur taille à ce nouvel espace d'échanges, en fusionnant et en se restructurant. Les conditions d'émergence d'un oligopole à l'échelle mondiale ont été ainsi réunies. Celui-ci va très vite se coordonner à l'échelle internationale et sa taille va devenir gigantesque : le total de bilan des 28 banques de l'oligopole (50 341 milliards de dollars) est supérieur, en 2012, à la dette publique mondiale (48 957 milliards de dollars) !

Depuis 2012, on a découvert aussi que ces très grandes banques se sont entendues frauduleusement entre elles à partir du milieu des années 2000. Dès ce moment, cet oligopole s'est transformé en hydre dévastatrice pour l'économie mondiale.

Ces 28 banques ont été déclarées, à juste titre, «systémiques» par le G20 de Cannes en 2011. L'analyse des causes de la crise financière de 2007-2008 ne pouvait laisser planer aucun doute sur la responsabilité de ces banques dans le déclenchement de la crise financière. En cause, les produits dérivés qui ont été répandus à l'époque et continuent d'être encore répandus dans le monde entier. Rappelons que ces produits dérivés sont des produits d'assurance, dont certains sont très spéculatifs. Leur déclenchement peut s'avérer catastrophique en cas de crise. Or, seulement 14 banques systémiques fabriquent ces

produits dont l'encours notionnel (le montant des valeurs assurées) atteint 710 000 milliards de dollars, soit un peu plus de 10 fois le PIB mondial !

De multiples analyses ont démontré que ces banques occupent des positions dominantes sur plusieurs grands marchés (celui des changes, des obligations et des produits dérivés). C'est le propre d'un oligopole. Mais, depuis 2012, les autorités judiciaires américaines, britanniques et la Commission européenne ont multiplié les enquêtes et les amendes qui démontrent que plusieurs de ces banques - et surtout onze d'entre elles (Bank of America, BNP-Paribas, Barclays, Citigroup, Crédit suisse, Deutsche Bank, Goldman Sachs, HSBC, JP Morgan Chase, Royal Bank of Scotland, UBS) - ont arrangé systématiquement des «ententes en bande organisée». Ainsi, des amendes de plusieurs milliards de dollars ont déjà été versées pour la manipulation du marché des changes ou du Libor [taux d'intérêt interbancaire de référence établi à Londres, ndlr].

Il y a de toute évidence plusieurs bulles financières qui risquent à tout moment d'éclater. La bulle «actions» ne peut s'expliquer que par les injections énormes de liquidités des banques centrales. Mais surtout, il y a la bulle des dettes publiques qui frappent tous les grands pays. Les dettes privées toxiques de l'oligopole ont été transférées massivement aux Etats au moment de la dernière crise financière. Ce surendettement public, lié exclusivement à la crise et à ces banques, explique - dans le déni le plus complet des causes de la crise - les politiques de rigueur et d'austérité menées un peu partout. Ce surendettement est aussi la principale menace, comme on le voit en Grèce.

Voyons cela de plus près. Le shadow banking, c'est-à-dire le système financier non régulé, n'arrête pas de se développer, notamment par l'oligopole bancaire pour échapper aux régulations prudentielles et en premier lieu pour ses activités de produits dérivés. Quant au renforcement des fonds propres des plus grandes banques, il a été ridiculement faible. Enfin, dans aucune législation en vigueur, il n'y a de véritable séparation «patrimoniale» des activités bancaires. Bref, le lobby bancaire, très organisé à l'échelle internationale, a été efficace, et l'oligopole peut poursuivre à l'identique les logiques financières délétères qui étaient les siennes

avant la crise.

Depuis les années 70, les Etats ont perdu toute souveraineté monétaire. Ils en sont responsables. La monnaie est dorénavant créée par les banques à hauteur environ de 90 % et par les banques centrales (indépendantes des Etats) pour les 10 % restants. De plus, la gestion de cette monnaie à travers ses deux prix fondamentaux (taux de change et d'intérêt) revient entièrement à l'oligopole, qui arrive, du reste, à les manipuler. Ainsi tient-il dans sa main les conditions monétaires du financement des investissements, mais surtout

du financement des déficits publics. Les Etats sont non seulement disciplinés par les marchés, mais surtout otages de l'hydre mondiale.

Ce rapport est, en effet, dévastateur, car nos démocraties se vident progressivement de leur substance en raison de la réduction (ou de l'absence) de marges de manoeuvre qui sont devenues patentes pour l'action publique. Par ailleurs, l'oligopole bancaire souhaite pouvoir instrumentaliser les pouvoirs des Etats afin de peser sur d'éventuelles régulations financières, ou encore de pouvoir limiter le poids des amendes auxquelles il doit faire face quand il est pris le doigt dans la confiture, en évitant surtout des procès publics.

Il ne faut pas demander à des banques privées de gérer un intérêt général ! Les banques voient d'abord leurs profits, qu'elles peuvent notamment réaliser à travers leurs activités financières, voire leurs activités spéculatives. Elles regardent les Etats comme n'importe quel autre acteur économique émetteur de dettes. Il faut mesurer les risques et la rentabilité d'un investissement financier. L'Etat est d'abord vu comme un actif financier comme les autres, qu'on achète ou qu'on vend, et sur lequel il est également loisible de spéculer.

La réponse ne fait aucun doute. Notre Héraclès de demain sera un acteur collectif qui ne peut être qu'une communauté internationale, à la légitimité démocratique incontestable, débarrassée de ses dogmes néolibéraux, et suffisamment consciente de ses intérêts de long terme pour organiser le financement de l'activité économique mondiale. Autrement dit, un être encore imaginaire ! Un premier pas serait cependant franchi si un nouveau Bretton Woods était convoqué pour créer à l'échelle internationale une monnaie commune, et non pas unique, dans le cadre de souverainetés monétaires nationales restaurées.

Oui, absolument ! Mais d'abord le pari de l'intelligence des citoyens de notre planète. Les réseaux sociaux peuvent être de formidables leviers pour créer cette intelligence politique dont on a cruellement besoin aujourd'hui.

Celui-ci est devant nous. Toutes les conditions sont réunies pour qu'un nouveau séisme financier survienne alors que les Etats sont exsangues. Il sera ainsi plus grave que le précédent. Nul ne peut le souhaiter tant ses effets économiques et financiers seront désastreux et plus encore en raison de ses conséquences politiques et sociales qui risquent d'être dramatiques. On le voit en Grèce. Le temps de l'urgence démocratique et de la lucidité politique devient impératif !

Quand un oligopole surpuissant gère la monnaie comme un bien privé, on ne peut pas être surpris par les logiques financières qui en découlent. Les banques poursuivent des objectifs de profit avec des tentations récurrentes, pour les plus grandes d'entre elles, de

s'entendre. De cette façon, l'hydre bancaire est née il y a environ dix ans, et s'est maintenant abattue sur la planète entière. La confrontation des pouvoirs apparaît dorénavant inéluctable entre des banques surpuissantes et des pouvoirs politiques affaiblis. Une issue favorable de ce combat - a priori inégal - ne peut survenir que de mobilisations citoyennes qui soient totalement conscientes de la hauteur des enjeux.

Recueilli par Vittorio De Filippis